



ESG e os Direitos Humanos Ambientais: Dever Jurídico ou Estratégia Voluntária?

Autores: Amanda Araújo Gomes (BIC-UCS) e Leonardo de Camargo Subtil (Orientador)



INTRODUÇÃO / OBJETIVO

A intensificação da crise ambiental global e os efeitos das mudanças climáticas têm evidenciado a conexão direta entre a proteção ambiental e a efetivação dos direitos humanos fundamentais, tornando a sustentabilidade corporativa um tema central no âmbito do Direito Internacional. Nesse contexto, os critérios ESG (Environmental, Social and Governance) emergem como um referencial para avaliação do desempenho socioambiental e de governança das empresas (Amirall, 2020). A incorporação da Resolução 76/300 da ONU, que reconhece o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável como direito humano universal, bem como a adoção dos Princípios da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, ampliam o debate jurídico acerca da natureza das obrigações empresariais frente aos direitos humanos ambientais.

Dessa forma, tem-se a seguinte problemática: A partir das lentes do Direito Humano ao meio ambiente, em que medida os critérios ESG configuram uma obrigação jurídica internacional ou são uma estratégia voluntária de gestão de riscos e reputação? A partir disso, o estudo tem como objetivo geral analisar, sob a ótica do Direito Internacional dos Direitos Humanos, o status normativo das práticas ESG no campo da responsabilidade corporativa ambiental. Além disso, o resumo científico possui dois objetivos específicos: a) Investigar as normas de direito internacional obrigatórias e voluntárias em relação a temática do ESG e Direitos Humanos Ambientais; b) Compreender, a partir da análise prática, como as empresas tem se enquadrado em práticas de ESG de caráter apenas reputacional, gerando o chamado Greenwashing.

MATERIAL E MÉTODOS

O estudo foi desenvolvido por meio do método dedutivo, partindo de premissas gerais do Direito Internacional dos Direitos Humanos e do Direito Ambiental para a análise específica da natureza jurídica dos critérios ESG. A pesquisa teve caráter bibliográfico e documental, com base em resoluções da ONU, princípios internacionais sobre Empresas e Direitos Humanos e literatura acadêmica especializada, como os trabalhos de Amirall (2020) e Lehmen (2021).

APOIO BIC- UCS

RESULTADOS OU RESULTADOS ESPERADOS

Os resultados da pesquisa demonstram que, embora ainda inexista um marco jurídico internacional vinculante que imponha a adoção obrigatória dos critérios ESG, verifica-se um processo crescente de juridificação dessas práticas, impulsionado pela incorporação de parâmetros ESG em legislações nacionais e internacionais, bem como pela pressão de investidores institucionais. Além disso, identificou-se a ocorrência de práticas de greenwashing, em que empresas buscam apenas melhorar sua imagem sem efetiva mudança estrutural. O estudo aponta uma tendência de progressiva consolidação das práticas ESG como um dever jurídico no âmbito do Direito Internacional.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os critérios ESG, embora ainda inseridos na esfera da autorregulação, vêm apresentando uma tendência de consolidação como um possível dever jurídico. Essa transformação é impulsionada por fatores como a pressão de investidores, a incorporação de parâmetros ESG e a mobilização de atores sociais em defesa da responsabilização corporativa pelos impactos socioambientais. A Resolução 76/300 da ONU, que reconhece o direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável como direito humano universal, juntamente com os Princípios da ONU sobre Empresas e Direitos Humanos, reforça a relação intrínseca entre proteção ambiental e direitos humanos fundamentais. Apesar da existência de práticas de greenwashing, a crescente demanda por transparência e responsabilidade nas ações empresariais indica um processo contínuo de fortalecimento da responsabilização jurídica das empresas diante dos impactos socioambientais sobre os direitos humanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMIRALL, Camila Vallim. Análise da experiência brasileira à luz do parágrafo único do artigo 116 da lei 6.404/1976 e das novas diretrizes ambientais, sociais e de governança (ESG). Revista de Direito Bancário e do Mercado de Capitais, [S. l.], v. 88, p. 225-236, 2020.

ASSEMBLEIA GERAL DAS NAÇÕES UNIDAS. Resolução 76/300: O direito a um meio ambiente limpo, saudável e sustentável. Nova Iorque, 2022. Disponível em: <https://cee.fiocruz.br/sites/default/files/N2244277.pdf>.

LEHMEN, Alessandra. Advancing strategic climate litigation in Brazil. German Law Journal, v. 22, n. 8, p. 1471-1483, 2021.